

# **A produção científica em Políticas Públicas no Brasil**

## **Descrição e análise de alguns resultados de uma investigação sobre a primeira década dos anos 2000**

### **Scientific literature on Public Policy in Brazil: Description and analysis of particular results from an investigation on the first decade of the 2000s**

*Paula Trottmann*<sup>1</sup>

*Victor Corrêa*<sup>2</sup>

*Fernando de Souza Coelho*<sup>3</sup>

*Flávia Mori Sarti*<sup>4</sup>

**Resumo:** Este artigo apresenta alguns dos resultados de uma pesquisa em profundidade sobre a rede de produção científica em Políticas Públicas no Brasil no período de 2000 a 2011, englobando as áreas de conhecimento de ciência política e de administração pública. A investigação alinha-se aos trabalhos pioneiros de Melo (1999), Souza (2003) e Arretche (2003) que, anteriormente, caracterizaram tal campo do saber no país a partir dos dados/informações da década de noventa. Logo, além de mapear a produção científica e analisar o desenvolvimento do campo na última década, este estudo obtém alguns

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), Brasil, – trottmannpaula@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1898055620333919> . Doutoranda em Ciência Política pela UFSCar, Mestre em Sistemas Complexos pela EACH-USP.

<sup>2</sup> Academia da Força Aérea (AFA), Brasil – prof.victorcorrea@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7730160645235694>. Doutor em Administração de Organizações pela FEARP-USP, Mestre em Sistemas Complexos pela EACH-USP e Professor da AFA.

<sup>3</sup> Universidade de São Paulo (USP), Brasil, – fernandocoelho@usp.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2038805993153668>. Doutor e Mestre em Administração Pública e Governo pela EAESP-FGV e Professor da EACH-USP.

<sup>4</sup> Universidade de São Paulo (USP), Brasil, – flamori@usp.br. Lattes:<http://lattes.cnpq.br/4889413058276292> . Doutora em Economia Aplicada pelo PRONUT-USP e Professora da EACH-USP.

índices/padrões bibliométricos do campo das Políticas Públicas no país baseados em periódicos e eventos que demarcam suas publicações. Em síntese, o trabalho contribui para a compreensão da multidisciplinariedade desse campo (natureza) e de sua evolução (volume, produtividade e colaboração) em nível nacional, bem como evidencia algumas de suas fragilidades em relação à sua identidade.

**Palavras-chave:** Produção científica; Comunidade acadêmica; Políticas públicas; Brasil.

**Abstract:** This paper presents certain results from an in-depth study on the network of scientific production on public policy in Brazil during the period from 2000 to 2011, involving the areas of political science and public administration. The research is aligned with the pioneer works of Melo (1999), Souza (2003), and Arretche (2003); who previously characterized the field of knowledge in Brazil using data and information from the 1990's. Therefore, in addition to mapping the scientific literature and analyzing the development of the field of knowledge during the last decade, this study presents several bibliometric indexes and patterns from Public Policy area of knowledge, based on journals and congresses that cover its main publications. In sum, the paper contributes to the understanding of the multidisciplinary approach of the field (nature) and its evolution (volume, productivity, and collaboration) at national level, as well as points some of its frailties in relation to its identity.

**Keywords:** Scientific production; Academic community; Public policy; Brazil.

## 1. Introdução

Este artigo é um dos subprodutos de um projeto de pesquisa sobre a produção científica em políticas públicas no Brasil realizado no quinquênio 2012-2016, e apresenta alguns dos seus resultados inéditos para a primeira década dos anos 2000. A ideia de desvelar a identidade de áreas de conhecimento a partir de sua rede de produção científica remete, na ciência administrativa nacional, por exemplo, aos estudos realizados por Silva et al. (2006), Rossoni et al. (2008), Walter et al. (2009) e Martins (2009) para algumas subáreas da administração.

No caso do campo de políticas públicas no país, as análises mais recentes abarcam profundos balanços qualitativos como o organizado por Marques e Faria (2013) e discussões sobre os caminhos da agenda de pesquisa no país (BRASIL e CAPELLA, 2016), além do mapeamento da literatura nacional que aplica modelos

internacionais (CAPELLA, SOARES e BRASIL, 2014) e da análise dos trabalhos apresentados na ANPOCS (SUDANO et al., 2015). Todavia, nota-se uma lacuna, qual seja: a de estudos bibliométricos mais amplos, com emprego da abordagem quantitativa, adoção de um recorte temporal mais largo e inclusão da produção científica em políticas públicas derivada também da comunidade acadêmica de administração pública.

A pesquisa em políticas públicas e a configuração desse campo do saber no Brasil é relativamente recente (FARAH, 2011). A área tem sua proeminência a partir dos anos 1980, inclusive com a formação da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e com a criação do GT de Políticas Públicas da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) (SOUZA, 2006), e, embora tenha ampliado sua agenda de pesquisa e seu *locus* na pós-graduação, ainda apresenta lacunas na formação acadêmica e na consolidação de seu rol de conhecimento no país (ARRETCHE, 2003; BRASIL e CAPELLA, 2016). Em adição, por se caracterizar como um campo em construção e multidisciplinar (MARQUES e FARIA, 2013), não se tem ainda um dimensionamento de sua produção científica, bem como do nível de colaboração de seus autores.

Neste sentido, é mister destacar algumas análises/investigações qualitativas iniciais sobre o campo, tal como a contribuição de Melo (1999), que ao delinear a produção científica em políticas públicas no Brasil nos anos noventa pela acepção da ciência política (ou seja, pelas abordagens da *policy studies* e da *policy analysis*) aponta, como resultado, a falta de interação na comunidade científica como um dos entraves para o seu desenvolvimento. Essa problemática é referendada pelo estudo de Souza (2003) que detecta: (a) a descontinuidade das pesquisas em políticas públicas que, por sua vez, resulta em não cumulatividade de conhecimento em torno desse campo no país; e (b) a horizontalização das pesquisas que revela a ausência de uma agenda de questões/temas coordenados entre os autores e consistente ao longo dos anos.

Logo, conjectura-se que a produção científica em políticas públicas no Brasil na última década carece de identificação. Considerando a sua

multidisciplinariedade, observada tanto pela sua apropriação por *n* áreas de conhecimento das ciências humanas e sociais aplicadas (administração pública, ciência política, direito, economia, planejamento urbano, serviço social, sociologia, antropologia, saúde coletiva, comunicação, demografia etc.) como pelo aumento do uso e emprego do termo *políticas públicas* pelos atores (governo, sociedade civil, organizações privadas) nos últimos anos, este artigo concentrou-se em identificar a produção científica do campo de políticas públicas pelas áreas da administração pública e da ciência política.

Neste sentido, este estudo contribui ao apresentar dados sobre um período profícuo de produção científica de políticas públicas, a primeira década dos anos 2000, bem como sua relação com abordagens próximas do campo da administração pública; ou seja, restringiu-se o escopo de análise para produções ligadas às áreas de administração pública, sociologia e ciência política, ao passo que se realizou um recorte da produção científica. Este recorte – tanto temporal quanto o relacionado às bases de dados – configurou-se como escolhas fundamentadas pela intenção em compreender o desenvolvimento do campo em conjunto com a aproximação das disciplinas de ciência política (na acepção de *policy studies*) e administração (na acepção de *policy orientation* e gestão de políticas públicas), considerando as contribuições da administração pública para a construção do campo das políticas públicas (FARAH, 2013; 2015).

Assim, após a apresentação da revisão da literatura (seção 2) e dos procedimentos metodológicos (seção 3), que se encontram na sequência, o artigo expõe e interpreta a bibliometria desse extrato do campo de políticas públicas no Brasil no que se refere à evolução em número do volume de artigos, ao número de pesquisadores, aos índices de autoria, colaboração e produtividade e à categorização dos autores que compõem a rede de pesquisa, com destaque para os mais prolíficos. Na última seção, à guisa de conclusão, estão as considerações finais que sumarizam os resultados, conjuntamente à discussão acerca da agenda de pesquisa derivada do trabalho.

## 2. Revisão da Literatura

Nos Estados Unidos a disciplina de políticas públicas surgiu, para Souza (2006), em razão do interesse dos acadêmicos pelo governo, ou seja, o Estado em Ação; na Europa, no mesmo sentido, a análise do papel do Estado foi o marco de tal surgimento. Essa disciplina que comumente é – mas não exclusivamente – associada à Ciência Política tem ramificações, como sua produção científica revela, em diversas áreas de conhecimento, o que a caracteriza como multidisciplinar (MARQUES e FARIA, 2013).

Para Farah (2011) essa disciplina foi, em alguns períodos da sua história, incorporada ao estudo da administração pública. Com o objetivo de preparar servidores públicos para a administração pública moderna – nos EUA, século XX – foi que nasceu o estudo da administração pública; orientada pela separação entre administração e política essa área se desenvolveu sob a égide de que “a administração pública era (...) uma ciência “livre de valores”, cuja missão era contribuir para que a gestão governamental funcionasse de forma eficiente” (FARAH, 2011, p. 815). Nesse ensejo, a disciplina que nascia voltava-se, sobretudo, para o treinamento e desenvolvimento de pessoas para trabalhar nas atividades-meio do Estado e na implementação das políticas públicas. Entretanto, a disciplina era percebida como um subcampo da ciência política: fato gerador de crises identitárias que marcariam seu desenvolvimento, como a tensão entre a “nova ciência” e a “ciência mãe” – a administração e ciência política. Essa foi a dicotomia que caracterizou a disciplina nas décadas da primeira metade do séc. XX: sinônimo de ciência política e vertente da ciência administrativa.

Além do mais, e a despeito da crise que marcou a área de administração pública nos anos 1950, verificou-se em seu rol de estudos a presença de alguns temas de políticas públicas, que incluem o processo decisório; destaca-se, dessa forma, que essa incorporação justifica-se pelo reconhecimento da formulação de políticas públicas com uma das funções do administrador público (FARAH, 2011). Salienta-se que, durante as décadas de 1960 e 1970, os EUA observaram um crescimento da oferta de cursos de pós-graduação em administração pública, em

que predominaram as áreas de administração pública, *public affairs* e política pública (HENRY, 1995 *apud* FARAH, 2011). Verificou-se, por conseguinte, a incorporação da formação em administração pública para os cursos tipicamente de análises de políticas públicas e vice-versa: os cursos de administração pública absorveram em seu currículo a análise de políticas públicas.

Tal processo ratifica a aproximação entre a política pública (PP) e a administração pública (AP) nos EUA: “pode-se afirmar, portanto, que a análise de políticas públicas tornou-se um conhecimento integrante da evolução da disciplina de administração pública a partir da década de 1970” (FARAH, 2011, p. 819). No Brasil, essa aproximação entre PP e AP, pelas circunstâncias do ensino de administração pública atrelar-se historicamente à matriz de administração de empresas (COELHO, 2008), é algo que emerge com o Campo de Públicas (FARAH, 2016). Neste trabalho, contudo, considera-se essa aproximação na medida em que a composição das bases de dados que o fundamentam é composta, *inclusive*, por periódicos e eventos do campo da administração e da gestão pública. Essa orientação justifica-se, outrossim, por meio das inferências de Farah (2011), que descreve que embora a aproximação seja evidenciada pela análise dos currículos dos cursos ela pode ser estendida, igualmente, à produção científica dos campos.

O estudo da disciplina de políticas públicas, por sua vez, nasceu a partir de três fatores, para Sabatier (1991): (a) a pressão política e social para que o conhecimento acumulado da profissão fosse aplicado a problemas emergentes; (b) a ideia de que as decisões governamentais refletiam mais as problemáticas de renda, educação e taxas de desemprego que as preocupações “tradicionais” de um governo; e (c) a composição de um intelecto que permitisse entender o *policy process* como um todo. O autor sinaliza para o fato de que, no período que abrange as décadas de 70, 80 e início da década de 90, a pesquisa em políticas públicas era subdividida em quatro categorias, com base em seu foco de análise, a saber: 1. políticas setoriais; 2. impacto e avaliação; 3. *policy process*; e 4. desenho de políticas.

Depreende-se, então, que a origem dos estudos em políticas públicas esteve ligada a questões políticas e debates acadêmicos. Além disso, infere-se que o seu estudo sempre esteve associado a diversas áreas do conhecimento, de forma que não foi seu escopo restrito a nenhum campo de estudo tradicional: dessa diversidade decorre, portanto, a indefinição do próprio conceito que ainda hoje se verifica. Dessa forma, vincular a subdisciplina a um campo de conhecimento exclusivo não é, mesmo para o período atual, *necessário*. Essa é uma associação ainda em construção e que, talvez, assim permaneça.

Tendo como pressupostos as noções gerais sobre o surgimento do campo, cabe o questionamento: mas o que são, afinal, as políticas públicas? Estabelecer uma única definição para esse conceito seja talvez um feito bastante difícil e, pode-se dizer, não constitui um pré-requisito para seu entendimento. As políticas públicas, sob a ótica da literatura, são heterogêneas e multidisciplinares, ou seja, não encontram amparo acadêmico ou intelectual a ponto de apresentarem uma única definição para seu conceito (SOUZA, 2003<sup>a</sup>; MARQUES e FARIA, 2013).

A literatura brasileira que discursa sobre as políticas públicas envolve diferentes aspectos. Para Souza (2006) e Souza (2003b), por exemplo, a política pública pode ser definida como o governo em ação e/ou como a análise dessa ação; ainda, qualquer que seja a definição apresentada para o conceito de políticas públicas, o foco de análise para compor essa definição é invariavelmente o mesmo: o *locus* da política pública – o governo; por isso, a definição de uma teoria para política pública deve buscar fundamentação na sociologia, na ciência política e na economia, por ser esse campo de análise multidisciplinar, além dos conceitos de administração/gestão.

Souza (2006) considera a política pública um campo holístico: argumento fundamentado na multidisciplinaridade do campo e nas possibilidades teóricas e metodológicas que suporta. Assim, afirma que, embora as políticas públicas sejam por tradição histórica um desdobramento da ciência política, elas não estão por motivo algum restritas a essa área. Por vezes, afirmou-se que as políticas públicas carecem de uma definição mais pontual para suas abordagens metodológicas e

teóricas; para a autora, entretanto, esses fatos não parecem necessários, ao se considerar que não existe apenas *uma* maneira de discutir e abordar as questões das políticas públicas, mas, sim, que esse campo abrange diferentes abordagens.

Esse entendimento da autora consiste em um dos pontos orientadores que fundamentaram a composição do banco de dados da pesquisa que originou esse artigo; nesse ínterim, torna-se imperativa a indicação de que, no escopo deste trabalho, adotaram-se conceitos de políticas públicas em uma perspectiva *lato sensu*. Tal perspectiva admite um olhar mais abrangente para o campo, que considera, inclusive, a influência dos outros campos do saber. Não estão essa pesquisa ou tampouco seu banco de dados, portanto, concentrados em nenhuma grande área do conhecimento de maneira exclusiva.

A partir de uma noção prévia do surgimento da disciplina e dos conceitos de políticas públicas falta, então, explorar seu campo científico; nesse artigo, entende-se o campo científico segundo a visão de Bourdieu (2004, p. 20), de um “(...) universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência”. Analisar um *campo do saber* não é exatamente uma tarefa simples; inserem-se alguns graus de dificuldade quando o referido campo ainda carece de uma definição mais concreta de sua agenda de pesquisa, fato observado – e já mencionado – na área de políticas públicas no Brasil. Embora sua expansão seja observada nos últimos vinte anos, existem ainda diversas questões a serem analisadas para o incremento do debate que se coloca frente ao questionamento: como está estruturada a pesquisa científica em políticas públicas?

Arretche (2003) destaca que, em virtude de mudanças ocorridas em nossa sociedade como a ampliação dos direitos sociais – pós-Constituição de 1988 – que se traduzem em políticas públicas na federação, o interesse pelo tema cresce constantemente, com desdobramentos evidentes para sua agenda de pesquisa. Como Arretche (2003), Souza (2003a) aponta para o exponencial desenvolvimento da pesquisa na subárea de políticas públicas; a autora sustenta que não apenas a Ciência Política tem experimentado discutir as ações do governo, como muitas

outras disciplinas. E, ao debater a agenda de pesquisa – conjunto de temas organizados em um programa de trabalho que afirmam uma comunidade científica (REIS, 2003) – em políticas públicas, fez opção por mapear seus problemas. Em primeiro plano, sinaliza a excessivamente baixa acumulação de conhecimento na área, e, paradoxalmente, o alto número de estudos setoriais que faz crescer muito o sentido horizontal das pesquisas, mas que não contribui para seu fortalecimento vertical. Por fim, indica como problema a forte proximidade entre órgãos governamentais e pesquisadores.

Em relação ao primeiro problema percebido, como também constatou Melo (1999), pode-se afirmar que falta interação na comunidade de pesquisadores de políticas públicas, considerado o fato de que o conhecimento sobre o que se tem produzido é claramente baixo – embora a criação de fóruns em associações como a Anpocs e a ABCP e a informatização de periódicos nacionais e internacionais contribuam para diminuir essa lacuna. Ao discutir a horizontalização do campo, sinaliza para o fato de que insistidamente se publicam estudos de caso e estudos sobre políticas setoriais, em trabalhos que costumam discutir apenas um dos muitos aspectos de uma política pública. Por fim, analisar a proximidade dos governos e da academia é particularmente complexo. Os fatores envolvidos são muitos, por isso a discussão deve ser pautada em fatos comprovadamente verídicos. Um deles é de que o próprio governo é quem muitas vezes financia os pesquisadores (SOUZA, 2003a), por meio de suas agências de fomento à pesquisa, como CAPES, CNPq, FINEP e agências estaduais; outro, como coloca Souza (2003a), é o prejuízo que sofre a acumulação de conhecimento quando os próprios pesquisadores, por opção, optam por publicar sobre assuntos reiteradamente já discutidos. O problema apontado diz respeito ao fato de que existem muitos artigos publicados sobre alguns temas, enquanto outras áreas do campo de políticas públicas – igualmente importantes – recebem pouca ou nenhuma atenção dos pesquisadores. Ademais, não só o problema reside na iterada publicação de estudos de caso, como na abordagem das políticas públicas. Insistidamente, a análise dos trabalhos recai apenas sobre a implementação das políticas, que não

leva em consideração aspectos exógenos e por muitas vezes endógenos que, sabe-se, têm influência em seu resultado (SOUZA, 2003a).

Embora essa explosão da publicação de trabalhos na área contribua para um desenvolvimento mais minucioso das políticas públicas, é interessante voltar a atenção para os aspectos que estão sendo debatidos por essas produções. Faria (2003) destaca cinco vertentes analíticas na subárea das políticas públicas, quais sejam: (a) instituições; (b) formas de atuação e impacto de grupos e redes sociais; (c) processo de produção de políticas públicas e seus condicionantes sociais e econômicos; (d) teoria da escolha racional e (e) ideias e conhecimento. Entende o autor que o campo da análise das políticas públicas é ainda muito incipiente no país.

A discussão do campo de pesquisa requer, também, uma discussão acerca da produção acadêmica em políticas públicas, de sorte que seja possível constatar, então, quais são os principais temas abordados pelos estudos que associam a produção científica e a subdisciplina de políticas públicas. Para Melo (1999), o papel do Estado foi o tema principal de análise dos trabalhos da década de 1960, que marcou o primeiro período da pesquisa em políticas públicas. Assim, afirma a heterogeneidade dos temas e debates percebidos no campo e os subdivide em três subcategorias: (I) regime político, instituições políticas e Estado brasileiro, (II) políticas setoriais associadas à análise do processo político, e (III) análises de implementação e avaliação de políticas. O primeiro subconjunto está mais associado à tradição da pesquisa em ciência política e os temas nele contidos foram com maior frequência o regime político e as instituições políticas, e, não tão constantes, patrimonialismo, clientelismo ou autoritarismo. No segundo grupo predominam questões associadas à intervenção estatal que excluíram de sua investigação fatores institucionais ou políticos, subconjunto entendido como “mais disciplinar”, fato corroborado pela relação próxima mantida com a sociologia e economia. A aproximação mais evidente dessa subcategoria com a sociologia orienta o debate com a ciência política para as problemáticas da cidadania e participação política, processos decisórios e grupos de interesse. Exatamente

oposto ao observado no subconjunto II, o terceiro grupo não apresentou praticamente nenhuma associação aos temas da ciência política. Concentrou-se na contribuição dos especialistas setoriais que produziram seus trabalhos na burocracia pública, além de estudos interdisciplinares que tinham como objeto a implementação e avaliação de programas governamentais. A aplicação de métodos de pesquisa mais sofisticados contribuiu para o desenvolvimento desse subconjunto, que apresentava, à época, uma acumulação de conhecimento quase inexistente (MELO, 1999).

Outros trabalhos buscaram, também, analisar a produção científica do campo – ou de alguma de suas diversas áreas temáticas. É importante mencionar Burlandy e Bodstein (1998), Yazbeck (2007), Paulilo (2010), Rosa et al. (2010) e Sudano et al. (2015). Burlandy e Bodstein (1998) sistematizaram as teorias do campo da Saúde Coletiva que fundamentaram a produção científica na área de Políticas de Saúde no Brasil, analisando em dois períodos os estudos produzidos: quando do surgimento da referida política e no contexto da Reforma Sanitária. Sob outra abordagem, Yazbeck (2007) investigou a pesquisa científica na temática das políticas educacionais. Por meio da adoção de um método bastante diferente, analisou a trajetória da produção científica na sociologia da educação sob a ótica dos autores, por meio de entrevistas realizadas com eles. Paulilo (2010) procurou examinar a apropriação, pela história da educação, dos temas debatidos pela história das políticas educacionais, baseando-se no levantamento da produção científica das áreas. Rosa et al. (2010) investigaram os trabalhos acadêmicos – teses e dissertações – que discursavam sobre a temática “políticas públicas para o esporte e lazer”. Por fim, e de forma multissetorial, Sudano et al. (2015) analisou os anais do grupo de trabalho sobre políticas públicas da ANPOCS no período de 2002 a 2014; os autores constataram que há uma predominância de *papers* de pesquisadores originários da ciência política, voltados para a análise – sobretudo – da implementação de políticas públicas e com referencial teórico ancorado nos estudos de política.

Entretanto, Brasil e Capella (2016) afirmam que, no período mais recente no Brasil, nota-se "(...) uma preocupação com o estabelecimento de um diálogo entre pesquisadores relacionados a diferentes áreas de conhecimento e que compartilham as políticas públicas enquanto objetos de pesquisa". E completam que neste contexto o campo de políticas públicas também:

(...) tem se expandido, em função das profundas transformações das ações governamentais nas últimas décadas. Essa expansão – no campo da pesquisa e também na prática profissional dentro do Estado – tem colocado o campo em destaque, quer nos principais eventos acadêmicos das áreas próximas, como a ciência política e **administração pública**, quer na criação de eventos próprios, específicos da área de políticas públicas (pág. 87, grifo nosso).

Finalizando, vale salientar que a síntese desses trabalhos não apenas compõe uma revisão da literatura neste artigo, mas justifica também o desenvolvimento dessa pesquisa, ao considerar: (a) o ano de produção do trabalho de Melo (aquele que mais se assemelhou aos objetivos e abordagem metodológica ora adotados), 1999; e (b) não terem sido encontradas outras investigações com objetos ou abordagens metodológicas similares na literatura nacional que considerem a produção científica de políticas públicas oriunda de acadêmicos da área de administração e gestão pública.

### **3. Procedimentos Metodológicos**

Para operacionalizar a pesquisa – caracterizada como exploratória, documental, descritiva e explicativa (GIL, 2008) – realizou-se um recorte temporal com abrangência para o período de 2000 a 2011, sendo fundamentada esta escolha em dois fatores: (a) analisar a produção científica do campo abrangendo um pouco mais que a primeira década do século XXI, período de aprofundamento do desdobramento dos direitos sociais consagrados na Constituição de 1988 em políticas públicas no Brasil e (b) o trabalho de Melo (1999) corresponde exatamente ao período anterior ao ora analisado e, por esse motivo, a análise feita caracteriza-se como inédita e não reproduz um estudo já realizado.

Para a seleção dos artigos científicos que compuseram o banco de dados, duas ações foram adotadas: a primeira consistiu de uma busca por artigos de “políticas públicas” no Google Acadêmico, seguida da seleção, orientada pelos resultados encontrados na primeira etapa, dos periódicos e eventos que seriam utilizados. Dessa forma, e considerando inclusive a limitação temporal desse estudo, não foram considerados todos os eventos e periódicos que possam apresentar trabalhos relacionados ao campo de políticas públicas – que extrapolam até mesmo os retornados pela pesquisa anterior. No entanto, procurou-se selecionar aqueles (ligados ao campo) que apresentaram melhor qualificação de acordo com o critério Qualis CAPES e que, tradicionalmente, discutem temas ligados ao campo na perspectiva da administração pública e da ciência política.

Sendo assim, os eventos selecionados foram: a) EnANPAD – Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração; b) EnAPG – Encontro de Administração Pública e Governança; c) Encontro Anual da Anpocs – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais; e d) Encontro da ABCP – Associação Brasileira de Ciência Política. Os periódicos selecionados foram: a) RAP – Revista de Administração Pública; b) RBPP – Revista Brasileira de Políticas Públicas; c) RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais; e d) Lua Nova – Revista de Cultura e Política. Ressalta-se que, em razão das características de cada um dos eventos e periódicos – que não tratam exclusivamente sobre políticas públicas – foi necessário triar os artigos e consequentemente os autores que compuseram a base de dados; para tanto, foram adotados os seguintes critérios: análise do título, palavras-chave e resumo dos artigos, que não ficaram restritos a nenhum termo específico; quando foram considerados diretamente associados aos temas de políticas públicas, foram selecionados. Se, mesmo após essa análise, restasse dúvida quanto ao enquadramento do artigo no campo, o texto completo e a bibliografia do trabalho foram analisados.

Para o tratamento e composição da base de dados foram utilizados os *softwares* Microsoft Excel® e o NodeXL Excel Template®, que possibilitaram o mapeamento da produção científica e análise apurada dos dados. Com os dados sistematizados, foi possível avaliar a produção científica correspondente ao resultado do trabalho e pesquisa científicos, isso é, o momento em que um pesquisador registra as ideias resultantes de seu estudo e as torna públicas. Nesse sentido, a produção científica da rede de autores do campo das políticas públicas foi analisada por meio descritivo e subdivida em duas categorias diferentes: indicadores de produção científica e indicadores dos atributos dos autores. Os primeiros relacionam-se a quatro aspectos diferentes: Artigos Publicados; Artigos por Autor; Autores por Artigo; Artigos por Atributo, ao passo que os últimos associam-se aos autores em si, e abrangem dados como formação acadêmica e atuação profissional.

Para mensurar os atributos dos autores no campo em relação à periodicidade de sua produção em políticas públicas, foi utilizada a classificação de Martins (2009), que propõe a categorização dos autores em: continuantes, transientes, *one-timers*, entrantes e retirantes, relacionadas simultaneamente ao número de publicações de um autor, bem como ao período (ano) dessas publicações, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Categorias dos autores com base na produção científica

<b>Categoria</b>	<b>Definição</b>
Continuantes	Mais de uma publicação em 5 ou mais anos diferentes e ao menos uma nos últimos 3
Transientes	Mais de uma publicação distribuídas ao longo do período em não mais do que 4 anos diferentes, sendo ao menos uma nos últimos 3 anos e ao menos uma em anos anteriores
<i>One-timers</i>	Apenas uma única publicação em todo o período analisado.
Entrantes	Mais de uma publicação em um ou mais anos diferentes nos últimos três anos (exclusivamente)
Retirantes	Mais de uma publicação em um ou mais anos diferentes, mas sem publicações nos últimos 3 anos

Fonte: Braun, Glanzel & Schubert (2001); Gordon (2007) apud Martins (2009)

Para complementar a análise a partir dos autores mais prolíficos, foram colhidas informações referentes à atuação profissional dos autores, como cargo, vínculo e organização – informações extraídas da Plataforma Lattes.

#### 4. Descrição e Análise dos Resultados

O levantamento da produção científica em políticas públicas nos eventos e periódicos, no período de 2000 a 2011, revelou um total de 2.314 artigos entre os anos, tendo sido 1.664 deles publicados em encontros e 640 nos periódicos pesquisados. Nas Tabelas 1 e 2 são evidenciadas a evolução do número de artigos publicados no período em eventos e periódicos, respectivamente. Ressalta-se que os anais do Encontro da ANPOCS dos anos 2007, 2008 e 2009 não foram localizados no portal da organização; o mesmo se verificou com os anais do Encontro da ABCP nos anos de 2002 e 2004.

**Tabela 1- Quantidade de artigos publicados por evento por ano**

Ano	EnANPAD	EnAPG	ANPOCS	ABCP
2000	16	-	39	51
2001	24	-	20	-
2002	27	-	34	-
2003	38	-	39	-
2004	40	107	20	42
2005	43	-	31	-
2006	46	143	50	-
2007	46	-	-	-
2008	58	176	-	53
2009	30	-	-	-
2010	41	147	73	56
2011	104	-	70	-
<b>Total</b>	<b>513</b>	<b>573</b>	<b>376</b>	<b>202</b>

*Fonte: elaboração dos autores*

**Tabela 2- Quantidade de artigos publicados por periódico por ano**

Ano	RAP	RPP	RBCS	Lua Nova
2000	-	5	6	1
2001	-	6	5	5
2002	-	13	7	0
2003	-	20	8	4
2004	-	15	5	3
2005	-	17	3	3
2006	37	14	7	11
2007	59	18	3	4
2008	52	22	5	2
2009	57	24	3	9
2010	52	20	1	9
2011	66	32	5	12
<b>Total</b>	<b>323</b>	<b>206</b>	<b>58</b>	<b>63</b>

*Fonte: elaboração dos autores*

A produção científica em Políticas Públicas no Brasil: Descrição e análise de alguns resultados de uma investigação sobre a primeira década dos anos 2000 | Paula Trottmann, Victor Corrêa, Fernando de Souza Coelho e Flávia Mori Sarti | 223 - 253

Nota-se, na Tabela 3, que a produção científica veiculada em eventos é naturalmente superior àquela percebida nas revistas. No Gráfico 1 é ilustrada a evolução, ao longo do período selecionado, do número de publicações em eventos e periódicos. Fica evidenciado o crescimento, quando comparados o primeiro e o último ano de análise, do volume de artigos publicados no campo de políticas públicas; nota-se uma queda nas publicações em eventos nos anos ímpares em razão da periodicidade desses: bienal, realizados em anos pares (EnAPG e Encontro da ABCP). De maneira geral, a evolução foi da ordem de 244%, número considerável para o período que, mais uma vez, evidencia o crescimento quantitativo que vive o campo na pesquisa (também observado na atividade profissional dentro do Estado brasileiro).

**Tabela 3 – Total de artigos publicados em eventos e periódicos por ano**

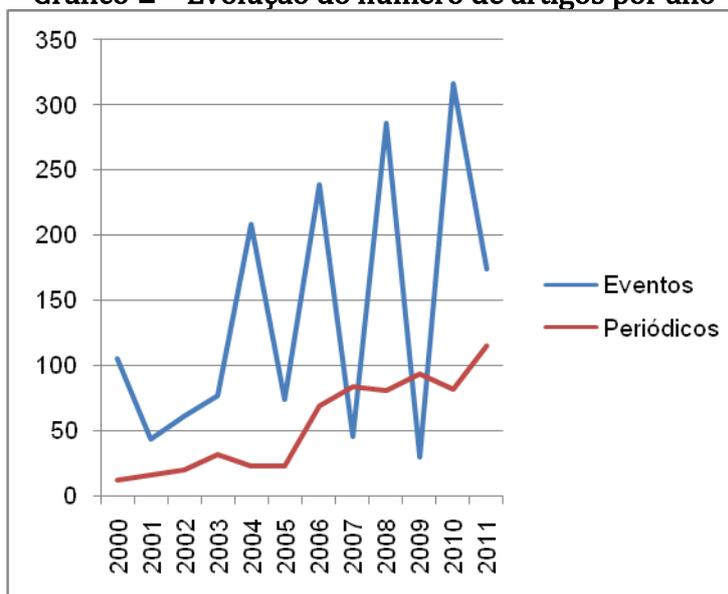
Ano	Eventos	Periódicos	Total
2000	106	12	118
2001	44	16	60
2002	61	20	81
2003	77	32	109
2004	209	23	232
2005	74	23	97
2006	239	69	308
2007	46	84	130
2008	287	81	368
2009	30	93	123
2010	317	82	399
2011	174	115	289
<b>Total</b>	<b>1664</b>	<b>650</b>	<b>2314</b>

*Fonte: elaboração dos autores*

A produção científica em Políticas Públicas no Brasil: Descrição e análise de alguns resultados de uma investigação sobre a primeira década dos anos 2000 | Paula Trottmann, Victor Corrêa, Fernando de Souza Coelho e Flávia Mori Sarti | 223 - 253

A produtividade e a cooperação na produção de artigos é outro aspecto capaz de transparecer algumas características determinantes do campo. O cálculo da produtividade é empreendido por meio da relação entre a quantidade de autores por artigo publicado, isso é, traduz, em média, quantos artigos cada autor publicou no período; a cooperação, por sua vez, revela o número de autorias por artigo, que traduz, a quantidade de autores por artigo publicado.

**Gráfico 1 – Evolução do número de artigos por ano**



*Fonte: elaboração dos autores*

Assim, depreende-se dos dados da Tabela 4 que, à medida que a cooperação é maior, a produtividade é mais baixa. Isso se justifica pelo fato de que a cooperação traduz a quantidade de autores que escreveram conjuntamente um artigo, e a produtividade, quantos artigos cada autor publicou; logo, se mais pesquisadores escreveram artigos conjuntamente, isso diminui o número de artigos publicados por autor. No entanto, isso não implica que uma produtividade baixa seja um fator negativo.

**Tabela 4 – Cooperação e produtividade no campo de políticas públicas**

<b>Publicação /Indicador</b>	<b>Artigos</b>	<b>Autores</b>	<b>Autorias</b>	<b>Cooperação</b>	<b>Produtividade</b>
EnANPAD	513	806	1091	2,13	0,64
EnAPG	573	1018	1348	2,35	0,56
ANPOCS	376	445	542	1,44	0,84
ABCP	202	231	276	1,37	0,87
RPP	206	258	319	1,55	0,80
RAP	323	594	738	2,28	0,54
RBCS	58	65	71	1,22	0,89
Lua Nova	63	72	91	1,44	0,88
<b>TOTAL</b>	<b>2314</b>	<b>3489</b>	<b>4476</b>	<b>1,94</b>	<b>0,66</b>

*Fonte: elaboração dos autores*

No campo em análise a cooperação foi, em média, de 1,94 autores por artigo, o que permite afirmar que os autores que o compõem são bastante colaborativos. A produtividade média foi 0,66, o que traduz também o grau de colaboração do campo, considerando que existem mais autores que artigos publicados, e, conseqüentemente, produções conjuntas. No Gráfico 2 é ilustrada a distribuição da produção de artigos entre autores, isso é, a quantidade de artigos publicados por 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 ou 10 autores no período analisado. Embora, em linhas gerais, a colaboração seja alta, nota-se um número bastante elevado de produções individuais, concentradas, sobretudo, nos encontros da ANPOCS e da ABCP, e nos periódicos Revista Brasileira de Ciências Sociais e Lua Nova – tipicamente mais utilizados pela comunidade de ciência política e que tem maior tradição no desenvolvimento de

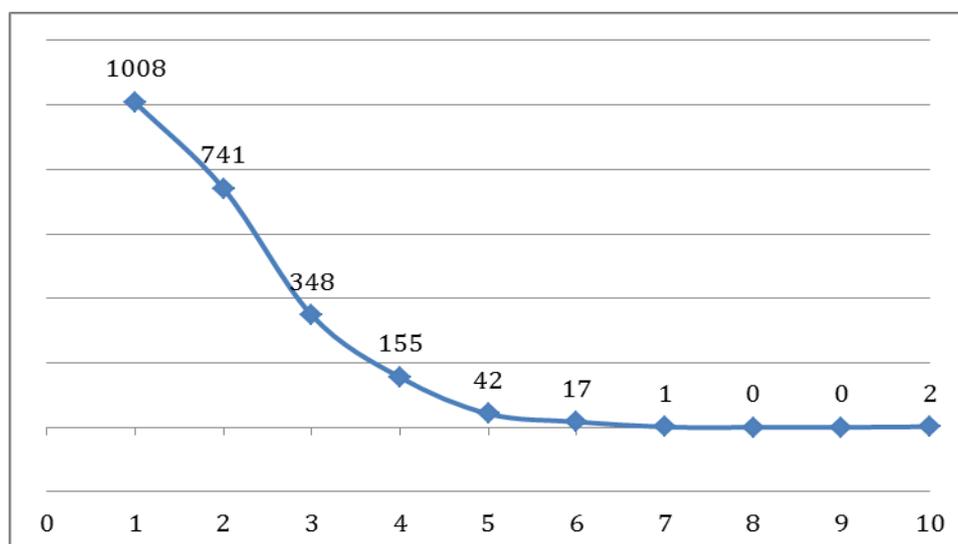
A produção científica em Políticas Públicas no Brasil: Descrição e análise de alguns resultados de uma investigação sobre a primeira década dos anos 2000 | Paula Trottmann, Victor Corrêa, Fernando de Souza Coelho e Flávia Mori Sarti | 223 - 253

projetos pesquisas individuais em relação à comunidade de administração pública. No entanto, vale destacar, é elevado o número de produções entre pares de autores, bastante próximo das produções individuais: 1.008 em contraste a 741 artigos. As produções com três autores representam 348 artigos, um número bastante inferior.

É seguro afirmar, por fim, que o EnAPG e a Revista de Administração Pública são, respectivamente, o encontro e o periódico mais colaborativos dentre os que abrangem as produções do campo de políticas públicas – tipicamente mais utilizados pela comunidade de administração pública, que comumente incentiva a publicação de artigos derivados de dissertações e teses em que o orientado (primeiro autor) publica com o orientador (segundo autor).

Em adição, além de evidenciar a evolução (positiva) da produção científica do campo, bem como seus padrões de cooperação e produtividade, é interessante analisar alguns aspectos dos autores. Nesse sentido, foram destacados aspectos como sua permanência na produção científica do campo e o número de artigos publicados.

**Gráfico 2 – Distribuição da produção de artigos por autores**



*Fonte: elaborado pelos autores*

Assim, os autores que produziram artigos no campo foram classificados em cinco diferentes categorias, propostas por Martins (2009), com base em Braun,

A produção científica em Políticas Públicas no Brasil: Descrição e análise de alguns resultados de uma investigação sobre a primeira década dos anos 2000 | Paula Trottmann, Victor Corrêa, Fernando de Souza Coelho e Flávia Mori Sarti | 223 - 253

Glanzel & Schubert (2001) e Gordon (2007) e descritas anteriormente no Quadro 1: entrantes, transientes, continuantes, retirantes e *one-timers*, relacionadas à sua permanência no campo.

O Quadro 2 é bastante ilustrativo. Traduz, com objetividade, a configuração do campo de pesquisa em políticas públicas, em que apenas pouco mais de 1,5% dos autores são continuantes, ou seja, mantém a tradição de publicar pesquisas na área. No período analisado, aproximadamente 10% de autores foram classificados como transientes no campo, isso é, têm potencial para se tornar continuantes; ainda quando considerado que, dentro de poucos anos, esses autores venham a ser definidos continuantes, somar-se-ia um total pouco maior que 11% de autores no campo de políticas públicas que realmente nele permanecem.

**Quadro 2 – Categorização dos autores no campo de políticas públicas**

Classificação	Quantidade (números)	Quantidade (%)
Entrantes	105	3,59
Transientes	289	9,88
Continuantes	45	1,54
Retirantes	288	10,02
<i>One-timers</i>	2198	74,97
<b>Total</b>	<b>2925</b>	<b>100</b>

*Fonte: elaboração dos autores*

Esse valor é extremamente baixo. A continuidade de autores em um campo de conhecimento corrobora com o fortalecimento da área, à medida que acrescenta duas possibilidades distintas: (a) do ponto de vista dos autores, permite mais reflexão, cumulatividade e verticalização das pesquisas, e (b) do ponto de vista dos pares (e do campo), permite um debate melhor fundamentado à medida que se afirma sua familiaridade com os outros autores, além de amadurecer as investigações e aprimorar as agendas de pesquisa.

Esses pontos, embora fiquem prejudicados à medida que o campo é muito

amplo (e disperso em termos temáticos), amenizam-se um pouco quando analisadas as associações para as produções. Destaca-se então que a grande maioria das produções dos autores continuantes ou são isoladas ou são com outros autores continuantes – na ordem de 42,38% – ou ainda com *one-timers* – representando 27,48%. A forte relação entre continuantes e *one-timers* corrobora o fenômeno, já conhecido na área de administração (incluindo a administração pública), de uma parceria entre orientador e orientandos nas publicações.

Esses dados instigam o questionamento acerca do pertencimento dos autores ao campo de políticas públicas, já que o alto percentual daqueles que publicam apenas uma vez, ou possuem produção baixíssima, como os retirantes, evidenciam algumas fragilidades do campo. Em outras palavras: um campo tão expressivo no crescimento da produção científica (volume de trabalhos) no período 2000-2011, acompanhando em certa medida a efervescência das políticas públicas na agenda governamental, mas, até então, com deficiências no nível de maturidade da rede de pesquisadores.

Outra medida adotada para a análise da produção científica no campo foi a identificação dos autores mais prolíficos no período, ou seja, aqueles que mais publicaram artigos. Desse cálculo, para o campo ora analisado, foram encontrados oito autores com mais dos que 10 publicações no período. No Quadro 3 são destacadas essas informações.

**Quadro 3 – Atributos dos autores destacados em políticas públicas**

<b>Autores mais Prolíficos</b>	<b>Titulação</b>	<b>Vínculo Institucional</b>	<b>Publicações</b>	<b>Concentração da Produção na área de:</b>
Suely F. R. Silveira	Doutora – Economia	UFV	17	Administração
Marcus V. Gonçalves Cruz	Doutor – Sociologia	FJP	14	Em ambas áreas
Fernando Luiz Abrucio	Doutor – Ciência Política	FGV	12	Em ambas áreas
Marco A. F. Marques	Doutor – Economia	UFV	12	Administração
T. Diana L.V.A de Macedo Soares	Doutora – Filosofia	PUC-RJ	12	Ciência Política
Celina Souza	Doutora – Ciência Política	UFBA	11	Ciência Política
Paulo Du Pin Calmon	Doutor – Ciência Política	UnB	11	Administração
Ricardo C. Gomes	Doutor – Adm. Pública	UnB	11	Administração

**Fonte:** elaboração dos autores

É válido registrar que a produção desses autores está distribuída entre as fontes pesquisadas; percebe-se, entretanto, que ao passo que alguns concentram suas publicações em eventos e periódicos da grande área de Ciências Sociais Aplicadas (Administração), outros o fazem nas Ciências Humanas (Ciência Política e Sociologia). Novamente, ressalta-se a emergência do campo de pesquisa e a limitação quanto às fontes que compuseram esse banco de dados, isso é, a produção registrada no Quadro 3 está restrita aos eventos e periódicos aqui analisados.

Adicionalmente, são apresentadas as informações sobre formação acadêmica e atuação profissional dos pesquisadores destacados nessa análise. Foram inseridas a titulação máxima do pesquisador, instituição de ensino em que a titulação foi obtida, a área e subárea de concentração da pesquisa, bem como a instituição e o vínculo profissional do pesquisador. Como esperado, todas instituições de ensino a que pertencem os autores são reconhecidamente centros de excelência em Administração ou Administração Pública com linhas de pesquisa em Políticas

A produção científica em Políticas Públicas no Brasil: Descrição e análise de alguns resultados de uma investigação sobre a primeira década dos anos 2000 | Paula Trottmann, Victor Corrêa, Fernando de Souza Coelho e Flávia Mori Sarti | 223 - 253

Públicas, exceto a PUC-RJ.

Considerando o recorte amostral e temporal desta investigação, a pesquisadora Suely Fátima Ramos Silveira é destaque na produção científica do campo de políticas públicas na primeira década de 2000. Assim, destaca-se também a instituição na qual atua, a Universidade Federal de Viçosa – UFV, à qual também pertence o professor Marco Aurélio Marques Ferreira. Outra instituição a ser destacada é a UNB – Universidade de Brasília, que teve dois de seus professores citados como mais prolíficos: Ricardo Correa Gomes e Paulo Carlos Du Pin Calmon.

Deve ser salientada, ainda, a titulação e credenciamento em programas de pós-graduação dos autores destacados nessa análise; todos são doutores e estavam – no período analisado – credenciados como orientadores, ao menos, em programas de mestrado; desses, três tem títulos na Ciência Política e um na Administração Pública, diretamente. No entanto, devem ser sublinhadas, é claro, a presença de pesquisadores da Economia, Sociologia e Filosofia que partilham, como já mencionado nessa análise, a produção entre as Ciências Sociais Aplicadas e as Ciências Humanas, o que ilustra a natureza multidisciplinar do campo de políticas públicas argumentada por Marques e Faria (2013).

Outrossim, cabe mencionar que entre esses oito autores mais prolíficos, cinco pertenceram ao comitê científico (ou foram líderes de tema) da divisão acadêmica de Administração Pública da ANPAD entre 2009-2016, o que ilustra tanto a relação natural entre o volume da produção científica (recente) do autor com a ocupação de cargos de liderança nas associações/entidades de pesquisa, bem como a contribuição da comunidade acadêmica de administração pública na produção científica de políticas públicas, para além da importância da comunidade acadêmica de ciência política (do GT de PP da ANPOCS) – já destacada por Sudano et al. (2015).

## **5. Considerações finais**

É imperativo rememorar, à guisa de conclusão, que a perspectiva adotada para o conceito de políticas públicas neste trabalho tem escopo *lato sensu*, ou seja, não está exclusivamente concentrada nas temáticas de análises de políticas

públicas, que configuram uma visão *stricto sensu* do campo sob as bordas disciplinares, sobretudo, da ciência política. Assim, admitiram-se neste estudo artigos de periódicos e eventos de administração (pública) relacionados às políticas públicas, ademais dos trabalhos oriundos tipicamente da ciência política.

A evolução da produção foi constatada por meio da análise dos períodos definidos no recorte temporal desse trabalho, que demonstrou crescimento considerável em dois aspectos complementares: o número de autores e artigos enquadrados no campo, bem como o número de associações entre esses autores. Depreende-se, da análise levada a cabo, que a maior parte dessa produção está espalhada pelo campo, ao se considerar que 1.008 artigos foram de tão-somente um autor, sem colaboração, o que representa aproximadamente 44% da produção de todo o campo. São números elevados tanto para a quantidade de autores quanto para o volume de produção que concentram, o que já é um indicativo de que grande parte da produção não fica concentrada em um pequeno número de autores.

Mesmo quando considerados os autores mais prolíficos, observou-se do levantamento que 24 autores (identificados como os mais prolíficos em todas as fontes pesquisadas) foram responsáveis por 163 artigos. Em termos percentuais, pode-se indicar que 0,7% dos autores produziram 7% do total de artigos. São números extremamente reduzidos para que essa categoria, entendida no campo como a que mais produz, seja concentradora de sua produção.

Como resultado, demonstrou-se que uma parcela muito restrita deles pode ser classificada como continuante, isso é, aqueles que mantêm volume e periodicidade de produções no campo. Embora não exista uma norma que possa sugerir quando um autor pertence a um campo, a categorização feita nessa pesquisa pode ser um indicativo da fragilidade do campo – já que o alto número de publicações realizadas por *one-timers* configuram a falta de continuidade da pesquisa e, conseqüentemente, aderência ao campo. Em outras palavras, muitas publicações advêm de autores visitantes, que podem estar escrevendo sobre políticas públicas como tema da moda; vale mencionar que, assim como a década

de noventa foi o período de reforma da Administração Pública e do paradigma da (nova) gestão pública no Brasil, os anos 2000 foi o período das políticas públicas pela expansão da ação governamental em diversas áreas setoriais e transversais nos três níveis de governo, operacionalizando inúmeros planos, programas e projetos públicos.

Os autores continuantes, por exemplo, podem ser entendidos como pertencentes ao campo, pois o nível de sua produção revela, também, que seu interesse pelos temas nele debatidos mantém uma regularidade e continuidade lógicas. Dessa forma, o aporte trazido por esse trabalho permite, se não concluir, ao menos tomar como pressuposto que a identidade do campo perante sua comunidade científica deve ser trabalhada. É um trabalho, também, de “fidelização” de pesquisadores, que passa igualmente pela afirmação da identidade do campo de políticas públicas para além das fronteiras acadêmicas da ciência política.

Os resultados encontrados apontam para uma característica evidente do campo: a colaboração entre os autores. O valor médio de cooperação (relação entre o número de autorias e de artigos) encontrado foi de 1,94 autorias/artigo, o que é remanescente do nível dessa cooperação: em toda a rede, os artigos são produzidos por, aproximadamente, dois autores. A produtividade, por sua vez, revela uma característica positiva em evidência no campo, relacionada a seu aspecto colaborativo. Os dois itens calculados deixam claro que, em geral, o campo de políticas públicas tem se mostrado um espaço aberto às produções conjuntas e colaborativas, com algumas exceções já mencionadas anteriormente. Os padrões de colaboração (e relacionamento) entre os autores são evidentemente distintos quando analisadas as grandes áreas a que pertencem: ao passo que, nas Ciências Sociais Aplicadas – e conseqüentemente da Administração – a colaboração percebida foi indiscutível, as Ciências Humanas – Ciências Sociais e Ciência Política – revelaram certa preferência por produções individualizadas ou pouco colaborativas. É notório destacar que essas são características das áreas e que, de maneira alguma, as inferências feitas sejam críticas às posturas adotadas.

Enfim, objetivou-se neste artigo descrever e analisar a produção científica em políticas públicas no Brasil na última década. Complementar a esses intentos pretendeu-se, ainda, contribuir para um conhecimento mais detalhado do campo e, conseqüentemente, para o fortalecimento de sua identidade, chamando a atenção – adicionalmente – para a importância da produção científica da área de administração pública nesse campo. Os resultados encontrados ilustram características desse campo, como a forte presença de autores de áreas diversas na rede, o acentuado nível de cooperação estabelecido entre esses autores e o crescimento quantitativo – evidente – do volume de produção. Algumas fragilidades foram também encontradas mas não exploradas neste artigo, como a carência de veículos científicos específicos ao campo de políticas públicas que, certamente, fortaleceriam a pesquisa desenvolvida, ao passo que também colaborariam com a “*fidelização*” dos pesquisadores.

Por tratar-se de um *front* de pesquisa emergente no país, e ao se considerar sua natureza multidisciplinar, as políticas públicas configuram-se ainda como um campo do saber novo, carente de identidade, mas inegavelmente em franco crescimento. O referido *design* multidisciplinar do campo, que no Brasil não se traduz ainda em diálogos interdisciplinares entre as áreas de conhecimento (como se pode observar pela insuficiência de interação e debate entre as comunidades epistêmicas de administração pública e ciência política em torno do objeto das políticas públicas) enfraquece, por vezes, a construção e consolidação dessa identidade.

A trajetória nos anos 2000 no Brasil de aproximação do ensino de administração pública com o de políticas públicas nos cursos de graduação (pelo surgimento do chamado Campo de Públicas) e pós-graduação (com novos e renovados programas de AP e PP), à luz do movimento – semelhante – que ocorreu nos EUA entre os anos sessenta e setenta, é um alento para o fortalecimento de tal identidade ao longo desta década, na qual já se observa, por exemplo: o surgimento de eventos científicos específicos e multidisciplinares de PP, como o Encontro Nacional de Políticas Públicas (ENPP) e o Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa

do Campo de Públicas (ENEPCP); e o fortalecimento dos temas de PP na divisão acadêmica de AP da ANPAD – ademais da centralidade do GT de PP da ANPOCS.

Na relação entre a ciência política e a administração (pública) no campo de políticas públicas no Brasil, cabe, ao fim e ao cabo, conjecturar sobre as contribuições até aqui de cada uma dessas áreas de conhecimento. Enquanto a ciência política brasileira embasou-se pelo *policy studies* – notadamente explicativo e descritivo –, relacionando modelos de análise de PP internacionais (teorias de médio alcance) com a literatura nacional das ciências sociais aplicadas à política social, a administração (pública) abordou de maneira errática a pesquisa sobre políticas públicas, muitas vezes com viés normativo e prescritivo voltado para ilustrar casos de PP ou subsidiar – na tradição da *policy orientation* – a ação de formulação, implementação ou avaliação de programas governamentais em diversas áreas setoriais. Assim, pode-se pressupor que, no domínio da ciência política nacional, o estudo de políticas públicas tem uma delimitação evidente do *focus* (referencial analítico) e, em certa medida, do *locus* (objeto empírico) e enfoca a compreensão do processo de PP. Já na comunidade acadêmica de administração pública, as investigações sobre políticas públicas não tem um *focus* definido e revela uma enorme dispersão do *locus*, realçando a orientação para a prática. Em que pese as diferenças de percurso e a magnitude de cada comunidade até os dias atuais, cada qual tem a sua importância na edificação em curso do campo multidisciplinar de políticas públicas no país que, idealmente, deve considerar tanto as pesquisas de *policy studies* como os trabalhos de análise de políticas públicas (*policy analysis*).

Por fim, é pertinente destacar as limitações deste trabalho, que mapeia uma parcela dos periódicos científicos e eventos relacionados às políticas públicas, mas não abrange outras áreas, de maneira que restringe uma análise multidisciplinar mais ampla, para mais da ciência política e da administração (pública). Do mesmo modo que a ampliação da base de dados é necessária, bem como das áreas de conhecimento (economia, planejamento urbano, direito, dentre outras áreas), o aumento do período analisado também traria importantes contribuições ao

estudo, o que viabilizaria a compreensão da evolução da rede de produção científica ao longo do tempo.

Certamente, no ano de 2020, no final desta década, vale uma investigação que realize um balanço dos últimos dez anos. E temos boas razões para crer que, no início da próxima década, afora o crescimento contínuo do volume de trabalhos no campo de PP, ficarão mais evidentes os arranjos interdisciplinares de pesquisadores da ciência política e da administração (pública) impulsionados: diretamente, pelo avanço da institucionalização do Campo de Públicas no Brasil – como aponta Farah (2016); e, indiretamente, pela multiplicidade de atores estatais e da sociedade civil que, cada vez mais, vão demandar conhecimentos integrativos de/sobre políticas públicas tanto para reflexão como para ação.

## Referências

ARRETCHE, Marta. (2003). “Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18 (51), 7-9.

BRASIL, Felipe G; CAPELLA, Ana Claudia N. (2016). “Os estudos das políticas públicas no Brasil: passado, presente e caminhos futuros da pesquisa em análise de políticas”. *Revista Política Hoje*, 25(1), p. 71-90.

BOURDIEU, Pierre. (2004). *Usos sociais da ciência*. São Paulo: Ed. UNESP.

BURLANDY, Luciente; BODSTEIN, Regina Cele de A. (1998). “Política e saúde coletiva: reflexão sobre a produção científica (1976-1992)”. *Cad. Saúde Pública*, 14(3), 543-554.

CAPELLA, Ana Claudia N.; SOARES, Alessandra G.; BRASIL, Felipe G. (2014) “Pesquisa em Políticas Públicas no Brasil: um mapeamento da aplicação de modelos internacionais recentes na literatura nacional”. In *IX Encontro da ABCP*, Brasília.

COELHO, Fernando de Souza. “A problemática atual do ensino de graduação em Administração Pública no Brasil”. *Cadernos EBAPE*, número especial, agosto de 2008, 1-21.

FARAH, Marta Ferreira dos Santos. (2011). “Administração Pública e Políticas Públicas”. *Revista de Administração Pública*, 45(3), 813-836.

A produção científica em Políticas Públicas no Brasil: Descrição e análise de alguns resultados de uma investigação sobre a primeira década dos anos 2000 | Paula Trottmann, Victor Corrêa, Fernando de Souza Coelho e Flávia Mori Sarti | 223 - 253

\_\_\_\_\_ (2013). “A Contribuição da Administração Pública para a constituição do campo de estudos de políticas públicas”. In MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio. *A política pública como campo multidisciplinar*. São Paulo: Ed. UNESP e Ed. Fiocruz.

\_\_\_\_\_ (2016). “Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”. *Revista de Administração Pública*, 50 (6), 959-979.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. (2003). “Ideias, Conhecimento e Políticas Públicas: Um Inventário Sucinto das Principais Vertentes Analíticas Recentes”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18 (51), 21- 30.

GIL, Antônio Carlos. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Ed. Atlas.

LACERDA, Rúbia Aparecida. (2002). “Produção científica nacional sobre infecção hospitalar e a contribuição da enfermagem: ontem, hoje e perspectivas”. *Rev Latino-americana de Enfermagem*, 10(1), 55-63.

MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio. (2013). *A política pública como campo multidisciplinar*. São Paulo: Ed. UNESP e Ed. Fiocruz.

MARTINS, Guilherme Silveira. (2009). *A Construção do Conhecimento Científico no Campo de Gestão de Operações no Brasil: uma análise sob a ótica de Redes Sociais do período 1997-2008* (Dissertação de mestrado). Fundação Getúlio Vargas – FGV, São Paulo, SP, Brasil.

MELO, Marcus André. (1999). “Estado, Governo e Políticas Públicas”. In Miceli, S. (org.), *O que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*, v.3. São Paulo/ Brasília: Sumaré/CAPEs.

PAULILO, André Luiz. (2010). “A pesquisa em políticas públicas de educação numa perspectiva histórica”. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 91(229), 481-510.

REIS, Elisa P. (2003). “Reflexões leigas para a formulação de uma agenda de pesquisa em Políticas Públicas”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18(51).

ROSA, Ricardo Lemes; CASSAPIAN, Marina Redekop; CRUZ, Luciano; MEZZADRI, Fernando Marinho. (2010). “A produção em políticas públicas para o esporte e lazer no Brasil”. *Anais do II Encontro Internacional La Asociación Latinoamericana de Estudios Socioculturales Del Desporto*, Maracay, Venezuela.

A produção científica em Políticas Públicas no Brasil: Descrição e análise de alguns resultados de uma investigação sobre a primeira década dos anos 2000 | Paula Trottmann, Victor Corrêa, Fernando de Souza Coelho e Flávia Mori Sarti | 223 - 253

ROSSONI, Luciano; SILVA, Antônio João Hocayen; FERREIRA JUNIOR, Israel. (2008). “Aspectos estruturais da cooperação entre pesquisadores no campo de administração pública e gestão social: análise das redes entre instituições no Brasil”. *Revista de Administração. Pública*, 42(6), 1041-1067.

SABATIER, Paul A. (1991). “Political science and public policy”. In Jenkins-Smit, H. C., & Steward JR., J. *Toward better theories of the policy process (sympposium)*, (24).

SILVA, Antônio Braz Oliveira; MATHEUS, Renato Fabiano; PARREIRAS, Fernando Silva; PARREIRAS, Tatiane Silva. (2006). “Estudo da rede de co-autoria e da interdisciplinaridade na produção científica com base nos Métodos de análise de redes sociais: avaliação do caso do programa de pós-graduação em ciência da informação - PPGCI/UFMG”. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, n.esp.

SOUZA, Celina. (2003a.) “Estado do campo da pesquisa em políticas públicas no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n.51, p. 15-20.

SOUZA, Celina. (2003b.) “Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa”. *Caderno CRH*, 39, 11-24.

SOUZA, Celina. (2006). “Políticas públicas: uma revisão da literatura”. *Sociologia*, 16, 20-45.

SUDANO, Andrea C.G, SOARES, Alessandra G.; VERGILI, Guilherme E. (2015). “O debate sobre a pesquisa em políticas públicas no Brasil a partir da análise dos trabalhos apresentados na ANPOCS: evolução e desafios”. In *Anais do XXXIX Encontro da ANPOCS*, 2015.

WALTER, Silvana Anita; CRUZ, Ana Paula Capuano; ESPEJO, Marcia Maria dos Santos Bortolucci; GASSNER, Flávia Pozzera. (2009). “Uma análise da evolução do campo de ensino e pesquisa em contabilidade sob a perspectiva de redes”. *Revista Universo Contábil*, 5(4).

YAZBECK, Lola. (2007). “Sobre Avaliação, Pesquisas e Políticas Públicas: considerações de alguns pesquisadores brasileiros”. *Estudos em Avaliação Educacional*, 18(38).

Recebido em: 01/06/2017  
Aprovado em: 01/09/2017